

Geografias do desenvolvimento desigual: entrevista com Jamie Peck¹

Geographies of uneven development: interview with Jamie Peck

Resumo

Nesta entrevista conduzida por Hipólita Siqueira, Jamie Peck compartilha sua visão sobre alguns de seus principais temas de pesquisa, incluindo geografia econômica política, teoria da regulação, neoliberalização, geografia do trabalho, variação do capitalismo, capitalismo de plataforma, Karl Polanyi, mercadejação (marketization), urbanismo de austeridade e desenvolvimento desigual e combinado. A conversa ocorreu em maio de 2021, em Vancouver, Canadá, durante a estadia da entrevistadora como professora visitante na Universidade de British Columbia, marcando o início das atividades do convênio “Geografias do Desenvolvimento Desigual” entre esta universidade e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. A entrevista foi gravada, em duas partes, e os vídeos podem ser encontrados nos seguintes links: <https://www.youtube.com/watch?v=pMD530eGbnk> e <https://www.youtube.com/watch?v=2g2oFtRVjZQ&t=2034s>

Palavras-chave: desenvolvimento desigual e combinado, neoliberalização, Karl Polanyi

Abstract

In this interview conducted by Hipólita Siqueira, Jamie Peck shares his insight into some of his main research themes, including political economic geography, regulation theory, neoliberalization, labor geography, variegation of capitalism, platform capitalism, Karl Polanyi, marketization, austerity urbanism and uneven and combined development. The conversation took place in May 2021, in Vancouver, Canada, during the interviewer's stay as a visiting professor at the University of British Columbia, marking the beginning of the activities of the “Geographies of Uneven Development” agreement between this university and the Federal University of Rio de Janeiro. The interview was recorded in two parts, and the videos can be found at the following links: <https://www.youtube.com/watch?v=pMD530eGbnk> and <https://www.youtube.com/watch?v=2g2oFtRVjZQ&t=2034s>

Keywords: uneven and combined development, neoliberalization, Karl Polanyi

Entrevista

Hipólita Siqueira: Olá, meu nome é Hipólita Siqueira. Sou professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estou em Vancouver com o Professor Jamie Peck, que é distinguished university scholar e professor na Universidade de British Columbia, Canadá. Ele também é o titular da Cátedra de Pesquisa em Economia Política Urbana e

¹Agradecimentos especiais aos pesquisadores do grupo de pesquisa Espaço e Poder que ajudaram na tradução da entrevista: Fernanda Pernasetti, Luísa Sobral, Tauann Domis, Matheus Lima, Vicente Brêtas, Vinícius Vasconcelos.

Regional do Canadá. Jamie Peck é um geógrafo que rompeu barreiras entre disciplinas, fertilizando o campo da Geografia Econômica com abordagens muito criativas. Ele publicou uma grande quantidade de livros e artigos sobre uma variedade de temas relacionados à geografia econômica, reestruturação urbana, regulação do trabalho e Estado. Esta é a primeira parte da minha entrevista com ele. Jamie, seja bem-vindo. Minha primeira pergunta para você é: quando você começou a lidar com a Economia Política?

Jamie Peck: De certa forma, talvez antes de eu compreender a Geografia. Embora eu tivesse um diploma de graduação em Geografia, não tinha planejado cursar pós-graduação e fui aceito de última hora em um programa de pós-graduação, mesmo sem ter me inscrito. Encontrei-me como estudante de doutorado sem um plano para isso. Isso foi nos primeiros anos da administração de Margaret Thatcher na Inglaterra, um período de alto desemprego em Manchester, onde eu morava. Na época, as questões mais urgentes pareciam estar relacionadas ao problema do desemprego, especialmente as questões do desemprego entre os jovens, que estavam se tornando alvo das reformas do thatcherismo. Houve uma mudança de ênfase da criação de empregos para o treinamento e adaptação das perspectivas salariais dos jovens. Uma transição de uma estratégia de demanda para uma estratégia de oferta, ou os primórdios de uma estratégia neoliberal. Assim, minha tese de doutorado estava focada nessa questão e eu estava totalmente imerso na teoria radical do mercado de trabalho, especialmente associada aos teóricos da segmentação nos Estados Unidos e em Cambridge, na Inglaterra. Essa literatura tinha pouca conexão com a Geografia. Honestamente, acho que só foi quase no final do meu doutorado, cinco anos depois, que encontrei uma maneira de conectar a Geografia, através do trabalho de Doreen Massey e da pesquisa sobre reestruturação industrial, entre outros, porém, esse trabalho não dedicava muito tempo ao estudo do Estado, da regulação, de como os mercados de trabalho funcionam, por exemplo. Em alguns aspectos, eu estava interessado em Economia Política antes de encontrar um lugar na Geografia. Mas isso também reflete o fato de que a Geografia é um campo muito poroso e aberto, que se alimenta livremente de outras disciplinas e aprende com elas. A Geografia tende a ter menos um cânone forte de famílias específicas de teorias ou métodos, sendo mais eclética e misturando diferentes abordagens. Ser geógrafo, em certo sentido, não é realmente observar limites disciplinares; é mais ou menos um campo orientado por problemas. Provavelmente, na década de 1990, quando comecei a lecionar, eu era um geógrafo

econômico de carteirinha, ensinando em um departamento de Geografia. Naquela época, ficou claro que o projeto de Geografia Econômica estava totalmente impregnado de questões de Economia Política. Houve uma virada marxista, ou talvez duas viradas marxistas nos anos 1980, uma associada a David Harvey e outra a Doreen Massey. O marxismo de Harvey era mais abstrato e focado nas dinâmicas da acumulação de capital e na forma valor, enquanto o de Massey era mais atento à contingência e às condições locais. Essas duas versões do marxismo definiram grande parte do campo, pelo menos na Geografia Econômica britânica. Naquele momento, a ortodoxia da Geografia Econômica mais neoclássica estava mais ou menos em retirada, certamente não era forte no campo. Então, eu diria que cresci com o marxismo na Economia Política e na Geografia. No entanto, foi minha pesquisa sobre mercado de trabalho, regulação estatal, thatcherismo, entre outros, que me levou a áreas da Economia Política heterodoxa, especialmente Karl Polanyi, Klaus Offe, teóricos do Estado, que foram todos muito importantes para a minha tese de doutorado nos anos 80 e que faziam parte do meu repertório quando me tornei um geógrafo econômico nos anos 90.

Hipólita Siqueira: Sua história é muito interessante. Minha próxima pergunta para você é: de que forma a teoria da regulação influenciou seu trabalho?

Jamie Peck: Bem, acredito que isso decorre em parte da história que acabei de mencionar sobre os anos 1980, minha tese de doutorado estava focada em um problema de regulação. O problema de regulação de como os mercados de trabalho operam, dado que não se autoequilibram, não são autorreguláveis, e as intermináveis contradições e tensões entre as estruturas e dinâmicas da oferta de trabalho e as estruturas e dinâmicas da demanda de trabalho, ou o processo de trabalho e a esfera da regulação social, por assim dizer, ou o domicílio e o local de trabalho, todas essas tensões são resolvidas nos mercados de trabalho. Meu argumento na tese era que este era um local de dilemas regulatórios, que o mercado de trabalho constantemente produzia problemas de regulação, o que significava que o papel do Estado, especialmente, tem sido endêmico nos mercados de trabalho capitalistas desde sua origem. E assim, você tem esse casamento um tanto desconfortável entre regulação estatal e dinâmicas econômicas desiguais e irregulares, que estão no cerne de como os mercados de trabalho operam. Portanto, essa preocupação com a regulação, as instituições e políticas significava que eu tinha um interesse geral nas teorias de regulação. Lembro-me que um dos

meus orientadores de doutorado me deu o livro de Aglietta em 1984, e disse-me que eu deveria lê-lo. Eu li e achei bastante macroeconômico e muito focado em Estados-nação, e meu foco, como o de muitos geógrafos, era mais urbano e regional (especificamente, o funcionamento e reestruturação dos mercados de trabalho urbanos e regionais). Parecia haver afinidades com isso, mas também parecia um pouco diferente do tipo de trabalho em que eu estava envolvido. Acho que, no final dos anos 80, os debates em torno do significado do thatcherismo na *New Left Review*, especialmente um debate de longa data entre Bob Jessop e Stuart Hall sobre o significado do thatcherismo, realmente trouxeram essas questões sobre o status da teoria da regulação; até que ponto deveríamos pensar na transição neoliberal thatcherista como algo facilitado por circunstâncias econômicas específicas. Todas essas condições estavam maduras para fazer perguntas sobre a regulação. E isso significou que, especialmente quando comecei a trabalhar com Adam Tickell no início dos anos noventa (ele era um estudante de pós-graduação na época) e estava utilizando a teoria da regulação em conexão com finanças, e os dois começamos a trabalhar juntos em debates em torno do pós-fordismo, distritos industriais e acumulação flexível. Essas eram as questões da época. E nos ocorreu que a literatura sobre pós-fordismo estava caminhando para um fechamento prematuro, que estava fazendo argumentos de que havia uma funcionalidade entre instituições reaganitas e thatcheritas e crescimento econômico flexível. Haveria um modo emergente de regulação sendo construído ali, e isso nos pareceu inconsistente com a teoria da regulação. Muitas vezes, esse debate usava a linguagem da teoria da regulação, mas tendo em vista seu foco na gestão de médio prazo e na governança de contradições que são endêmicas e que só realmente se tornam evidentes através da análise histórica, parecia muito prematuro afirmar que o neoliberalismo era um modo incipiente de regulação que estava estabilizando uma economia pós-fordista. Para começar, [esse modo] não parecia estável. Parecia muito instável e irregular. Portanto, o que Adam Tickell e eu começamos a fazer, acho que no início dos anos 90, foi tentar estabelecer uma separação entre a teoria da regulação e as reivindicações sobre o pós-fordismo, que pareciam estar correndo à frente da teoria em si, ou na verdade não levando em consideração a ênfase da teoria na reprodução de médio prazo, na estabilização de normas regulatórias e institucionais, muitas vezes, ao longo de décadas. Nosso interesse na teoria da regulação era em parte levantar algumas questões críticas sobre esses debates sobre pós-fordismo e, em certa medida, salvar a teoria da regulação da reação contra as reivindicações pós-fordistas. Havia muito ceticismo sobre

o pós-fordismo, com razão, e para alguns leitores e interlocutores, a teoria da regulação estava implicada nisso, e na verdade achamos que um regulacionista também seria cético em relação às reivindicações pós-fordistas e gostaria de ver mais evidências de estabilização a longo prazo. Isso se o chamado momento neoliberal fosse se assemelhar de alguma forma ao momento keynesiano e de bem-estar que o precedeu. Essa também era uma questão em aberto. Seria [esse novo modo] consolidado no nível do Estado-nação? Estabilizaria os mercados de trabalho e a acumulação ao longo de décadas? Essas eram questões realmente em aberto e eu não acho que a teoria da regulação sugerisse que o espaço deixado pelo keynesianismo e pelo Estado de bem-estar seria preenchido por uma alternativa regulatória que de alguma forma teria a mesma forma e dinâmica. E isso, de fato, acho que se comprovou ser verdade. Então, esse envolvimento com a teoria da regulação até meados dos anos 90, foi um momento em que muitos, eu diria, geógrafos econômicos na Grã-Bretanha (muitos dos quais passaram por esse tipo de treinamento marxista ou neo-marxista e estavam confortáveis com esses argumentos) começaram a fazer perguntas em termos regulacionistas, e especialmente a pressionar a questão sobre o lado da regulação da equação. Ironicamente, nos pareceu que a teoria da regulação, em sua forma original elaborada em Paris, focava muito mais nas dinâmicas de acumulação do que nas dinâmicas de regulação no domínio institucional, na transformação do Estado e assim por diante. Havia uma série de perguntas sobre como as regulamentações e instituições estavam sendo transformadas e argumentávamos que a teoria da regulação era uma parte útil desse debate, mas novamente parecia metodologicamente nacionalista, focava na escala nacional. E como geógrafos trabalhando na escala urbana e regional, queríamos explorar como poderíamos usar isso em outras escalas de análise. Começamos a experimentar com argumentos e princípios regulacionistas o que isso significava e ver até que ponto eles poderiam ser adaptados para análises regionais, sub-regionais e urbanas.

Hipólita Siqueira: É muito bom ter sua perspectiva sobre a teoria da regulação. Avançando, você tem uma ampla variedade de tópicos de interesse em suas pesquisas. Quais são os denominadores comuns?

Jamie Peck: Bem, acredito que provavelmente o principal denominador comum - que é, eu suponho, a pergunta do geógrafo - é que o desenvolvimento econômico, o

desenvolvimento capitalista, sempre envolve desenvolvimento desigual e diferenciação espacial. Isso significa que nunca haverá uma economia universal ou singular, mas sempre existirão alternativas, sempre haverá diferenças, e a maneira como capturamos, medimos e analisamos essas diferenças espaciais na operação da economia é uma vasta gama de questões em aberto. Grande parte das ciências sociais está focada na escala nacional (quando prestam atenção a essa questão [das diferenças espaciais]), mas os geógrafos tendem a trabalhar em diferentes escalas. E então eu diria que a diferença econômica é o principal tema contínuo dos geógrafos econômicos. Eles acreditam, quase como um artigo de fé, que o desenvolvimento desigual é uma característica endêmica da economia, que a diferença econômica é sempre reproduzida pelo desenvolvimento econômico. Portanto, há uma agenda imensa para explorar quais são os registros e formas que essas diferenças econômicas assumem. É por isso que os geógrafos econômicos trabalharão, se preferir, horizontalmente nas diferenças espaciais usando conceitos como a divisão espacial do trabalho, ou verticalmente nas diferenças de escala usando o trabalho sobre a economia política da escala que surgiu na década de 1990. Essas dimensões de diferença espacial e de escala são vitais, eu acredito. A isso, provavelmente acrescentarei uma segunda preocupação contínua, que é a compreensão de que, como a economia não é um sistema autônomo e autorregulador, a presença do Estado e a complexa imersão da economia na sociedade, cultura e política significam que a economia nunca pode ser analisada separadamente desses outros domínios. Isso é o que Bob Jessop chama de uma forma integral de análise econômica que faz conexões com a transformação do Estado, com a cultura e política urbana e regional, entre outros. Essa definição um tanto ampla da economia, em vez de considerá-la como uma esfera separada, significa que essas questões sobre instituições, políticas e regulação estão sempre presentes. Elas não são anomalias, não são externas à economia, são contínuas e integradas aos processos de estruturação e mudança econômica. Portanto, eu suponho que os denominadores comuns seriam a atenção à diferença econômica e como ela se manifesta, bem como às questões de sua regulação e institucionalização.

Hipólita Siqueira: As questões sobre o mundo do trabalho são um dos tópicos de interesse de suas pesquisas. Qual seria a importância dessas questões no campo dos estudos urbanos e regionais críticos?

Jamie Peck: Eu acho que houve uma série de episódios ou ondas de interesse pelo trabalho em estudos urbanos e regionais desde a década de 1970. Na onda Doreen Massey durante a década de 1980, em particular, a questão do trabalho foi abordada principalmente na escala local. Era uma preocupação com o processo laboral, as condições imediatas de produção e a forma como o emprego e as competências estavam sendo reestruturadas através da mudança técnica, da deslocalização e das lutas no lugar de trabalho. Por isso, eu penso que a primeira onda do que mais tarde ficou conhecido como geografia do trabalho, estava focada no local de trabalho e nos processos de reestruturação industrial que estariam ancoradas nessa escala. Na década de 1990, vários geógrafos que estavam trabalhando em questões do mercado de trabalho, eram mais numerosos do que aqueles focados no processo laboral. Eles extrapolavam o local de trabalho em si. Foram além dos portões das fábricas, para a comunidade local, para as escolas, para os domicílios e assim por diante. Então, o foco no mercado de trabalho, acho que foi acrescentando-se ao interesse nos processos laborais. No final da década de 1990, o que foi explicitamente denominado de geografia do trabalho, particularmente desenvolvido por Andrew Herod, nos Estados Unidos, foi um projeto que explorou a agência do trabalho, especialmente o trabalho organizado, com diferentes geografias históricas, mobilização sindical e ações. Com esse estudo, surgiram críticas a algumas abordagens anteriores à Geografia Econômica que se concentravam na dinâmica do capital. Andrew Herod argumentou que a Geografia Econômica dos anos 1980, particularmente associada a David Harvey, e até mesmo Doreen Massey, era centrada no capital (capital-centric) e que não havia dado conta suficiente das capacidades e da agência do trabalho. Eu acredito que isso foi um pouco exagerado. Essa crítica certamente foi exagerada no que diz respeito ao estudo de Doreen Massey, que sempre se preocupou fortemente com questões laborais. Ou nos Estados Unidos, o estudo de Barry Bluestone e Bennett Harrison sobre a desindustrialização, o qual na verdade foi encomendado por sindicatos e sempre foi conduzido em conjunto com os movimentos de trabalho organizado. Acho que, no entanto, aquele projeto de geografia do trabalho do final dos anos 1990, focado em sindicatos, ação sindical e novas formas de organização trabalhista, produziu, provavelmente, uma terceira onda de pesquisas sobre o trabalho com enfoque geográfico. E o que é interessante, acredito, é que o estudo de Andrew Herod e de um grande número de pesquisadores que ingressaram nesse campo no início dos anos 2000, foi fortemente constatado nos estudos sobre o trabalho, de maneira mais geral, e na pesquisa

sobre relações industriais e sua história. Pesquisadores do campo de estudos do trabalho começaram a notar a geografia do trabalho quando se tratava dessas questões. Isso foi interessante. Logo, eu considero que isso trouxe a discussão para um campo mais amplo. E eu penso que, mesmo hoje, quando vemos novas formas de organizações capitalistas começando a surgir, uma das maneiras pelas quais os geógrafos abordam essa questão, é através da questão do trabalho. Como por exemplo, o capitalismo de plataforma. Geógrafos econômicos fizeram alguns dos estudos iniciais mais interessantes sobre o capitalismo de plataforma, muitos deles questionando sobre o trabalho e o emprego de plataforma e assim por diante. O trabalho, creio, permanece um componente analítico e político importante nessa longa história da Geografia Econômica crítica, que tende a ficar relativamente próxima ao campo, próxima aos atores da economia. As metodologias utilizadas envolvem, frequentemente: entrevistas, observações, ações e assim por diante. E, em muitos aspectos, é de se esperar que os geógrafos reconheçam as questões do trabalho, que estejam sempre conscientes dessas questões. Porque estão abordando a economia como um espaço social, como um espaço político e como um ambiente povoado, e muitas das vezes, em diálogo com atores econômicos do lado do trabalho, nas comunidades, assim como a gerência. Portanto, acredito que houve várias ondas de estudos as quais prestaram atenção à dimensão do trabalho.

Hipólita Siqueira: Há uma agenda de pesquisa vibrante e heterodoxa sobre as questões do mundo do trabalho no Brasil, mas acredito que isso também deveria ser central na agenda de estudos urbanos e regionais, e talvez com essas discussões sobre o capitalismo de plataforma isso ocorra. Agora, deixe-me perguntar sobre sua visão sobre a neoliberalização. Quais são as principais conclusões de seu trabalho nesse tema?

Jamie Peck: Bem, inicialmente, comecei a trabalhar com neoliberalização enquanto estudante de doutorado, há mais de 30 anos. Mas eu enfatizaria que, mesmo naquela época em que chamávamos [o conceito] de neoliberalismo, o tipo de trabalho que estávamos fazendo era de baixo para cima; muito mais do que identificar o neoliberalismo, como tende-se a fazer agora, como uma formação hegemônica transnacional que opera de cima para baixo. Quando comecei a trabalhar nisso, esse era um tipo de fenômeno muito mais próximo e íntimo. Tratava-se de estudar o programa de Margaret Thatcher e seu

governo de maneira muito concreta, analisando suas ações políticas e os resultados sociais e econômicos dessas ações. Estes, no entanto, já estavam sendo rotulados como neoliberais, pelo menos desde meados da década de 1980, ainda que principalmente no contexto dos debates focados no Reino Unido. Havia uma sensação, obviamente, de que o governo Reagan estava seguindo um caminho paralelo, embora poucos trabalhos naquela época fossem transnacionais, comparativos. Havia muito pouco trabalho que reconhecia, por exemplo, as conexões com o Chile, com o experimento chileno de Pinochet, embora a conexão entre Pinochet e Thatcher fosse conhecida, mas o projeto teórico, eu diria, estava relativamente focado nos debates domésticos dentro de diferentes países. Ao longo dos anos 1990, (no âmbito do trabalho sobre a teoria da regulação em conjunto com Adam Tickell) perguntávamos sobre que tipo de fenômeno é a neoliberalização. Seria um sucessor do keynesianismo e do Estado de bem-estar, em torno do qual se consolidariam novas normas regulatórias? Ou seria, como pensávamos no início dos anos 90, a política da própria crise? Nosso argumento inicial era que a neoliberalização era a manifestação da crise, não sua solução. Portanto, era a política do fracasso do Estado de bem-estar keynesiano, assim como uma alternativa a ele. E naquela época, sim, naquele momento da história, estávamos vivendo em tempo real o desmantelamento do acordo social keynesiano. O programa de Thatcher era, ao longo dos anos 1980, tanto sobre desmantelar o acordo social e institucional ao qual se opunha quanto sobre construir uma alternativa. Era sobre desassociação sindical, era sobre privatização e a privatização de indústrias nacionalizadas em particular, e desmantelamento institucional. Isso seria o que mais tarde chamaríamos de neoliberalismo rollback (retrocessos neoliberalizantes). A face do neoliberalismo que é verdadeiramente reacionária, focada contra suas classes e inimigos sociais e contra coletividades sociais, burocracias, direitos e provisões do Estado de bem-estar. E foi somente durante a década de 1990 que começamos a pensar no neoliberalismo a longo prazo, que claramente havia sobrevivido além do momento da crise em si e estava moldando novas normas regulatórias que mostravam alguns sinais de serem regularizadas ou de certa forma estabilizadas. Pelo menos elas não estavam colapsando imediatamente sob suas próprias contradições. E foi ficando cada vez mais claro que o neoliberalismo não era uma manifestação momentânea da crise, mas poderia realmente estar estruturando respostas de longo prazo para as crises dos anos 70. Nessa época, começamos a falar ou pensar em como o neoliberalismo estava começando a moldar o mundo em seus próprios termos. E o que mais tarde chamaríamos de

neoliberalismo rollout eram as instituições e formas regulatórias associadas à tentativa de normalizar o projeto neoliberal. Isso significava, na linguagem que Neil Brenner e Nik Theodore usaram, que a neoliberalização era um processo de destruição criativa. Ela destruía tanto instituições quanto formas sociais a que se opunha - formas coletivistas, burocráticas, keynesianas - e construía formas alternativas à sua imagem, amigáveis ao mercado, descentralizadas, disciplinadas fiscalmente, e assim por diante. E essa dinâmica entre destruição e criação significava que, a partir do final dos anos 1990, nós estávamos postulando que deveríamos falar sobre neoliberalização em vez de neoliberalismo. A ideia é de que a neoliberalização era um programa constantemente em desenvolvimento de tentar gerenciar contradições, muitas delas residindo em si mesmas - não em uma era, em uma época ou em um sistema. Isso significava que a neoliberalização para nós é o nome que você aplicaria ao processo de transformação, não um nome que você aplicaria a um estado final ou condição. E acho que ainda defendo esse argumento, de se pensar no neoliberalismo ou na neoliberalização em termos de processo, como uma tentativa de gerenciar as contradições do desenvolvimento econômico parcialmente privatizado, mercantilizado e exposto a riscos sociais e ambientais. Essa concepção contínua da neoliberalização é uma que eu ainda defenderia, falando de maneira geral. Agora, o que isso significa é que você não pode traçar linhas firmes em torno desse processo. O neoliberalismo não existe em um país e está ausente em outro. Ele não existe em uma década e depois deixa de existir em outra. É uma forma muito mais ambígua e expansiva de regulação, cada vez mais hegemônica, que também é multicêntrica. Portanto, há múltiplos centros de neoliberalização em vez de um único dominante. E essa natureza multipolar do mundo neoliberalizado significa que a reprodução das normas neoliberais é agora um processo complexo e multicêntrico por si só. E uma crise que atinge até mesmo o sistema financeiro de Nova York e Londres não necessariamente inviabilizará o projeto neoliberal como um todo, porque ele está enraizado em locais múltiplos, está conectado de maneiras complexas com outras estruturas de poder, está incorporado em todas as formas de outras relações de poder. Portanto, o neoliberalismo não falhará em um momento de grande explosão, em uma crise singular, porque não existe em uma forma singular. Temos argumentado efetivamente que a neoliberalização deve ser pensada inicialmente como uma espécie de parasita, um parasita que se fixa no corpo social e depois procura transformá-lo, mas nunca pode viver por conta própria. Um mundo neoliberal, um mundo completamente neoliberal, é uma fantasia utópica. Não é um objetivo

factível. Portanto, o que a neoliberalização é, são tentativas de reestruturar o mundo com essa fantasia utópica em mente, mas nunca chegando a esse destino. Portanto, é um processo interminável, pelo menos até agora, de reestruturação que produz um padrão de mudança ziguezagueante em vez de uma mudança de um sistema para outro. Isso significa que a visão do geógrafo sobre a neoliberalização é, inevitavelmente, complexa. Envolve transformações em muitas escalas diferentes e em muitos locais diferentes. E é por isso que, ao longo dos anos, eu pesquisei instituições ligadas ao Estado de bem-estar social, think tanks e diversos tipos de locais de reprodução da ideologia neoliberal e prática política. E agora estou convencido de que ela existe muito mais nessa forma complexa e dissipada, que nunca foi monolítica, nunca foi singular e não pode ser monolítica ou singular. Portanto, isso significa que a agenda de pesquisa em torno da neoliberalização - eu sempre digo que o neoliberalismo é uma pergunta, não a resposta - é um lugar onde você procura, onde pode conduzir investigações e pesquisas. Mas apenas declarar que algo é neoliberal não é adequado, porque requer essa análise específica da situação social e da transformação institucional em questão. Portanto, em outras palavras, trata-se de uma enorme agenda de pesquisa.

Hipólita Siqueira: Sim, é realmente instigante. Como você vê o projeto teórico relacionado à variedade de capitalismo? Por que você faz uma distinção entre a variedade e a variação do capitalismo?

Jamie Peck: Essa distinção remonta a uma colaboração com alguns pesquisadores europeus no início dos anos 2000, incluindo Bob Jessop, Eric Swyngedouw e outros, em que Nik Theodore e eu contribuimos ao grande projeto sobre economia política urbana heterodoxa. Nesse projeto, fizemos uma avaliação da literatura sobre variedades do capitalismo, que tem sido consolidada recentemente por Hall e Soskice em uma espécie de escolha racional de um modo de análise institucionalista. Isso [o capitalismo variegado] surgiu de uma crítica parcialmente simpática a esta literatura em que estávamos interessados. Pelo menos até o início dos anos 1990, havia correntes da teoria da regulação relativamente fortes sobre essa literatura de variedades do capitalismo: Robert Boyer foi um importante contribuinte no final da década de 1990. Há uma literatura sobre a diversidade capitalista que se tornou bem restrita no arcabouço de Hall e Soskice, quando focou-se na escolha racional; mais rigorosamente focada em um pequeno número de instituições, mais

preocupada com instituições do que com o capitalismo e suas dinâmicas, mais preocupada com análises parcimoniosas de algumas variáveis para produzir tipos ideais e argumentos economicistas. Essa pareceu ser a direção do percurso da literatura sobre variedades do capitalismo. Apesar de termos sido simpáticos a alguns de seus princípios, sendo eles: ter reconhecido as diferenças econômicas, ter abordado seriamente as instituições, ter reconhecido não haver somente uma única forma dominante do desenvolvimento capitalista, mas potencialmente muitas (esses eram princípios que nós compartilhamos em muitos aspectos); nós eventualmente organizamos sob essa rubrica de capitalismo variegado uma abordagem diferente dessas questões, que enfatizaram a interdependência do desenvolvimento capitalista. Ela [literatura sobre variedades do capitalismo] reconheceu que, sim, diferenças geográficas e diversidade no capitalismo são endêmicas – essa é a linha de concordância –, mas nós também quisemos apontar o fato de diferentes formas de capitalismo serem também mutuamente dependentes umas das outras. Elas não existiam em isolamento ou em competição, mas são frequentemente codependentes em maneiras complicadas. O que a linguagem de variação tentou fazer foi traçar distinções com aquele modelo de escolha racional de tipos ideais (o qual refinou um conjunto de afirmações sobre dois tipos de capitalismo: economia de mercado liberal e economia de mercado coordenada, ou um capitalismo semelhante aos Estados Unidos da América ou um capitalismo semelhante à Alemanha). Claramente, ele [modelo de escolha racional de tipos ideais] não capturou a extensão das diferenças nos sistemas capitalistas, pois ignorou a América Latina, a Ásia, até mesmo a China, e focou em uma pequena dimensão da diferença entre economias do Atlântico Norte. Isso pareceu ser radicalmente insuficiente como uma tentativa de compreender a diversidade capitalista de início, então nossa trajetória para pensar o capitalismo variegado como um sistema interdependente, que, no entanto, produziu diferenças geográficas, veio através desta crítica às variedades do capitalismo. E podemos dizer que em alguns aspectos ela retomou a direção de um diálogo com a Teoria de Sistemas-Mundo, com a Teoria da Dependência, entre outras, que sempre pensaram o mundo através de interconexões e interdependências. Este não foi nosso caminho particular, que foi através de uma crítica à variedade, mas penso que, agora, questões sobre variação estão sendo postas de maneiras mais complexas que as duas [teorias]; penso que depois da crise financeira de 2008, a literatura sobre variedades do capitalismo tem parecido de certa forma intangível: com o crescimento da China, com as complexas interdependências das

economias estadunidense e chinesa, com o crescimento das economias dos BRICS, mas também suas diferenciações (elas dificilmente estão seguindo o mesmo caminho). Então, esse mundo real do capitalismo interdependente demonstra as limitações do arcabouço original das variedades e exige um tipo diferente de compreensão sobre como o capitalismo é diferenciado. E depois de termos desenvolvido essa crítica (nós a publicamos em 2007, Nik Theodore e eu, em “Variegated Capitalism”²), suponho que, tendo refletido pelos últimos quinze anos, esta foi uma crítica adequada à literatura sobre variedades do capitalismo, mas uma alternativa insuficiente a elas. Particularmente, a crítica não identificou uma estratégica metodológica alternativa e o trabalho que venho tentando fazer nos últimos anos tem tratado sobre essa questão, além da crítica às variedades do capitalismo, tentando trabalhar na construção de um diferente arcabouço ou uma diferente abordagem para lidar com o capitalismo variegado; e este ainda é um trabalho em andamento.

Hipólita Siqueira: Na última década, muitos estudiosos têm afirmado que um capitalismo de plataformas está emergindo. Qual é a sua opinião sobre isso?

Jamie Peck: Eu acho que tem havido uma literatura muito interessante sobre o capitalismo de plataformas. Uma das coisas que eu notaria sobre isso é que, em alguns aspectos, os geógrafos têm sido rápidos em analisar e especular sobre a forma do capitalismo de plataformas. Não necessariamente porque têm habilidades específicas nessa área, embora isso provavelmente se aplique em algum grau, mas porque os geógrafos econômicos tendem a prestar atenção especial à forma emergente do capitalismo, às últimas ondas de reforma e transformação, como gosto de dizer, a ótica do geógrafo econômico é o presente da reestruturação. Isso significa que os geógrafos econômicos frequentemente foram rápidos em chegar à cena para falar sobre pós-fordismo, flexibilização da economia, financeirização e assim por diante. E da mesma forma, também tem sido o caso de que os geógrafos têm sido rápidos em trabalhar em formas emergentes de capitalismo de plataformas. E acho que isso levanta a questão sobre se as plataformas podem ser consideradas uma nova modalidade de capitalismo, um novo princípio organizacional do capitalismo, ou se são algum tipo de

²Peck, J., & Theodore, N. (2007). Variegated capitalism. *Progress in Human Geography*, 31(6), 731-772. <https://doi.org/10.1177/0309132507083505>

dimensão de formas estendidas de financeirização, para as quais acho que um argumento forte pode ser feito de que realmente só podemos entender as plataformas no contexto de uma profunda financeirização da economia. Curiosamente, as discussões convencionais sobre plataformas tendem a estar preocupadas com explicações baseadas em revoluções tecnológicas. Elas especulam sobre como é essencialmente uma onda de inovação impulsionada pela tecnologia. Mas acho que, em contraste com isso, (há muita retórica exagerada) seria mais apropriado examinar o fenômeno da plataforma como uma transformação organizacional, relacionada à financeirização. E, tal como Rachel Phillips e eu argumentamos recentemente em um artigo na *Sociologica*³, em muitos aspectos, o capitalismo de plataformas ecoa os argumentos de Braudel sobre o caráter do capitalismo ao longo de séculos, no sentido de que não é necessariamente uma função de mercantilização ou desenvolvimento do mercado, mas sim uma ilustração de como o capitalismo tende a operar acima do mercado. Assim como Braudel argumentou tão bem, o verdadeiro lar do capitalismo é com o monopólio e com os gigantes da economia. Em muitos aspectos, parece ser onde as plataformas realmente residem, acima do mercado, no espaço da monopolização e no espaço do poder estatal e econômico. Portanto, Rachel Phillips e eu argumentamos que, em muitos aspectos, é um desafio pensar em qual modelo poderíamos usar para caracterizar o fenômeno das plataformas. Com base em quais critérios começamos a analisá-lo? Descobrimos que analisá-lo como uma modalidade de capitalismo no esquema de Braudel parecia ser bastante apropriado. Isso chamou a atenção para as plataformas, não como uma espécie de super versão do mercado, ou alguma tecnologia radicalmente nova sem precedentes, mas sim como uma continuação de formas de poder capitalista exercidas por meio do monopólio. Agora, isso, é claro, não quer dizer que as plataformas hoje sejam diretamente equivalentes às casas comerciais do século XVI ou algo assim, isso seria bastante absurdo de se afirmar, mas em muitos aspectos, elas existem em uma linhagem com essas formas iniciais de poder capitalista.

Hipólita Siqueira: Acho muito interessante essa conexão com a perspectiva de Braudel, em vez de prestar atenção apenas ao lado tecnológico desse tema das plataformas. Agora, eu gostaria de saber, o que o levou ao trabalho de Karl Polanyi em sua pesquisa?

³Peck, J., & Phillips, R. (2020). The Platform Conjuncture. *Sociologica*, 14(3), 73–99. <https://doi.org/10.6092/issn.1971-8853/11613>

Jamie Peck: Eu encontrei Polanyi pela primeira vez no meio dos anos 80 através do trabalho de Claus Offe. O livro de Claus Offe, "Capitalismo Desorganizado", foi um livro que eu achei extremamente persuasivo e ele fez bastante uso de Polanyi. Eu suponho que li Polanyi pela primeira vez quando estava procurando explicações para as mudanças nas formas de regulação na economia, e o trabalho de Polanyi sobre mercadorias fictícias configurou muito bem, eu acho, o problema dos mercados de trabalho e como a regulação do trabalho é um problema perene sob o capitalismo, para o qual não existem soluções estáveis ou seguras. Parecia ser uma maneira muito eficaz de abordar essa questão de por que a regulação do trabalho é um campo tão volátil e contraditório. Suponho que minha primeira leitura de Polanyi foi para entender questões de regulação. Acho que eu o leria novamente, de uma forma diferente, nos debates sobre o status do neoliberalismo que Adam Tickell e eu começamos a nos envolver no início dos anos 90, onde Polanyi parecia fornecer apoio para o argumento de que formas profundas de mercantilização e liberalização não antecipavam uma nova forma de regulação ou estabilidade institucional, mas falavam, ao contrário, de condições de crise contínua. E acho que podemos ler Polanyi como um crítico da globalização neoliberal antes do próprio fenômeno, no sentido de que suas críticas ao capitalismo do século XIX têm muitos ecos para o período de globalização neoliberal. Em particular, a noção de um "duplo movimento", que é, eu acho, muitas vezes lida de uma maneira curiosa. Existem leituras do "duplo movimento" que parecem configurá-lo como se fosse um pêndulo que oscila para frente e para trás, um pêndulo que oscila entre a mercantilização e a proteção social do mercado. E eu realmente não acho que essa fosse a intenção inicial de Polanyi, porque o que ele realmente disse sobre como o "duplo movimento" operava era que, sim, a mercantilização provavelmente iria longe demais, desencadeando contradições e externalidades e destruição social e ecológica. Esse é o primeiro elemento do "duplo movimento". As reações contra a mercantilização e a liberalização, Polanyi enfatizou, poderiam assumir muitas formas diferentes. A resposta à como a mercantilização se moldaria seria inteiramente uma questão política. Assim, poderia produzir o New Deal em alguns lugares e o fascismo em outros, e sem dúvida existem e existiam outras possibilidades historicamente e hoje. Então, o "duplo movimento", embora às vezes seja mal interpretado, nos alerta para o fato de que os projetos de liberalização e mercantilização muito frequentemente irão, por assim dizer, longe demais e se estenderão

para a destruição social e ecológica, e provavelmente produzirão todo tipo de respostas sociais e políticas. A forma dessas respostas, no entanto, é política, não mecânica. Acho que, mais uma vez, Polanyi nos dá boas indicações sobre como analisar a neoliberalização como um processo em andamento de transformação que tem contradições constantemente em seu interior, não como algum acordo estável ou modo de regulação que seja de alguma forma seguro, ou mesmo a médio prazo. Polanyi foi muito útil, eu acho, para isso. E eu vou apenas dizer, em terceiro lugar, uma terceira maneira pela qual li Polanyi, que é diferente, e acho que tem sido inspiradora para mim de uma maneira diferente, é ler o Polanyi do pós-guerra e os projetos que ele perseguiu depois de se mudar para a América do Norte após a Segunda Guerra Mundial. Estes são menos conhecidos, em alguns aspectos um pouco mais crípticos e difíceis de seguir, e diferentes em conteúdo do livro "A Grande Transformação", que foi muito polêmico e poderoso. O Polanyi do pós-guerra estava preocupado em estabelecer um projeto que ele chamou de "Economia Comparada", que ele via como um projeto interdisciplinar ou pós-disciplinar que reuniria, especialmente em sua visão, historiadores econômicos e antropólogos econômicos. Mas, hoje, certamente acrescentaríamos a essa lista sociólogos econômicos, muitos economistas políticos institucionais, eu diria até geógrafos econômicos, teriam o mesmo interesse em uma forma de investigação em economia heterodoxa que é profundamente histórica e profundamente comparativa. E o que Polanyi chamou de "economia comparada" foi, em muitos aspectos, o último projeto que ele perseguiu durante sua carreira de trabalho, até o final de sua vida nos anos 50 e início dos anos 60. Então, estava muito incompleto. Mas, as ideias por trás disso, eu acho, podem ser lidas como uma agenda em aberto para um tipo diferente de pesquisa comparativa, que, como Polanyi enfatizou, você trabalharia através de diferentes formações de organização econômica ou modos de integração, como ele os chamava. Ele identificou a troca de mercado, a redistribuição frequentemente associada ao Estado, mas não necessariamente, e a reciprocidade como sendo os três principais [modos de integração], mas também acrescentou o trabalho doméstico como uma quarta forma em algumas das coisas que ele escreveu. Polanyi argumentou que essas diferentes formas de organização econômica existem lado a lado na maioria dos sistemas econômicos do mundo real. Existem muitos exemplos de mercantilização, mas eles frequentemente coexistirão com outras formas de maneiras complexas. Portanto, nesse aspecto, poderíamos pensar em Polanyi como um dos teóricos originais de economias diversas, economias pluralizadas. Quero dizer, realmente

abre essa agenda para pensarmos e analisarmos mercados entre outros, por exemplo, e focar, como Polanyi sempre fez, em seu método substantivista de estudar formas socioeconômicas concretas como o meio para construir esse repertório de diferenças econômicas. Ele argumentava que, constantemente, poderiam ser usadas explorações de formas econômicas atuais e passadas para preencher e substantivar esse repertório de diferenças econômicas e usar métodos comparativos especialmente para elucidar diferentes formas híbridas, diferentes trajetórias, onde nunca haveria, para Polanyi, um único centro dominante, mesmo que possa haver poder hegemônico. Sempre haveria mais acontecendo na economia. A economia nunca seria redutível à forma mercado. Eu acho que esse tipo de leitura posterior de Polanyi, que realmente só comecei a fazer nos últimos 10 anos, para mim, abriu uma agenda de pesquisa, que é uma agenda em curso. É realmente o trabalho inacabado de Polanyi. E isso me parece uma agenda muito empolgante, e uma em que, se a seguíssemos, teríamos que fazê-lo no espírito do que eu costumo chamar de Polanyi “mais”. [Ler] Polanyi com outros teóricos é uma tradição, bem como ler Polanyi sozinho como uma alternativa a Marx em alguns casos, embora muitos argumentem persuasivamente que Polanyi nunca foi anti-marxista. Sua relação com o marxismo era complicada. Eu não acho que ele tenha sido anti-marxista. Então, por que não ler Polanyi junto com Marx, junto com Schumpeter, junto com outras correntes de pensamento heterodoxo? Eu não acho que ele fornece tudo o que precisamos, mas especialmente metodologicamente, ele fornece uma agenda muito aberta e uma maneira de explorar a diferença econômica, que eu acho que é, em muitos aspectos, o principal desafio enfrentado pelos geógrafos econômicos, mas também por muitos economistas políticos.

Hipólita Siqueira: Continuando nesse tópico, você poderia explicar aqui um pouco seu projeto sobre “mercadejação”, conforme explorado no livro "Market/Place"?

Jamie Peck: Sim, esse livro de muitas maneiras aborda exatamente esse tema que acabei de falar, que é o trabalho inacabado da obra de Polanyi ou da pesquisa neo-Polanyiana. E é um livro⁴ que surgiu de um workshop que organizei com Christian Berndt e Norma Rantizi em 2017 no Instituto Polanyi em Montreal. Convidamos diversos

⁴**Market/Place:** Exploring Spaces of Exchange: Edited by Christian Berndt, **Jamie Peck** and Norma M. RantiziNewcastle, UK: Agenda Publishing, 2020.

economistas políticos heterodoxos, sociólogos, antropólogos e geógrafos para participarem desse encontro, com a agenda de explorar o que chamamos de mercados realmente existentes e desenvolver uma linguagem e um conjunto de metodologias para explorar isso. Em nossa carta de convite, afirmamos que não era necessário ser um estudioso estritamente seguidor de Polanyi para participar do encontro. No entanto, acreditamos que Polanyi e a pesquisa baseada em sua obra fornecem um terreno interessante para a conversa, pois Polanyi nunca foi dogmático. Ele acreditava, na verdade, em explorações relativamente pluralistas e ecléticas. O projeto de economia comparativa que mencionei anteriormente foi exatamente estabelecido como um projeto interdisciplinar. Assim, gostaríamos de pensar que era o tipo de projeto que ele aprovaria, por assim dizer. Portanto, a ideia era avançar essa ideia de estudar mercados realmente existentes e em diferentes formas de hibridismo. Além disso, queríamos abordar o fato de que o trabalho de Polanyi sobre o mercado estava realmente inacabado. Uma coisa curiosa sobre Polanyi, penso eu, é que ele gastou mais tempo falando sobre outros aspectos em relação ao mercado do que sobre o mercado em si. De certa forma, embora ele tenha feito uma crítica polêmica ao mercado, ele não dedicou muito trabalho a explorar as diferentes formas que as economias de mercado poderiam assumir no mundo contemporâneo. Ele fez alguns trabalhos históricos, mas não tanto sobre a economia contemporânea. Isso se deve, acredito, a razões complicadas. Há argumentos persuasivos de que uma das razões pelas quais Polanyi não tenha se aprofundado mais na economia contemporânea foi que ele estava trabalhando nos Estados Unidos durante o período do macartismo, quando havia grande ceticismo em relação à pesquisa econômica radical. Isso significava que ele tendia a ser um pouco mais seletivo em relação ao seu programa de pesquisa pós-guerra. Isso parece ser totalmente consistente com o seu projeto, explorar mercados realmente existentes em toda a sua diversidade. Mas, ele nunca teve a chance de fazer isso por si mesmo. Assim, o projeto no livro "Market/Place" é realmente dedicado à tarefa de tentar abrir essa agenda novamente, refletindo o fato de que, para muitos economistas políticos e heterodoxos, os mercados são uma área a ser evitada. É algo que os economistas ortodoxos fazem e tendemos a não explorar ou ser muito céticos sobre se os mercados têm alguma lógica ou estrutura, focando, em vez disso, no Estado, no processo de trabalho ou em outros momentos de transformação econômica. Por várias razões, o estudo crítico dos mercados tem sido um pouco prejudicado e subdesenvolvido, o que achamos que precisa ser abordado. Também sentimos que não havia um vocabulário, uma linguagem

conceitual, para abordar a questão de como caracterizamos a variedade de formas realmente existentes de mercado. Existe uma resposta ortodoxa esmagadora a isso, que compara esses mercados a um mercado idealizado e julga quão distantes eles estão disso para determinar o que é o mercado. Portanto, a economia dos EUA deveria estar mais próxima de uma versão clássica de mercado. As economias alemã e chinesa estariam mais distantes. Basicamente, seria a lógica de graus de mercadização, que, na minha opinião, é uma maneira terrível de pensar sobre mercados, não menos porque mantém a ideia de um mercado livre como um extremo do espectro e o alinha ao capitalismo liberal americano, apesar de todas as contradições entre isso e livre mercado. Assim, uma das coisas que tentamos fazer no livro é pensar sobre mercados além da imagem neoclássica ou clássica dominante do livre mercado. E, se concordarmos que devemos descartar isso como um ideal utilitário em vez de um guia para mercados reais, a questão mais complicada é: com o quê o substituímos? Como realmente caracterizamos mercados se nenhum deles se parece com um mercado livre idealizado? Como realmente dividimos os mercados na realidade? Com base em quais critérios fazemos isso? Pareceu-nos ser um conjunto de questões radicalmente abertas. Ainda não temos uma linguagem adequada para descrever as bases nas quais os mercados diferem uns dos outros, os critérios para determinar a diversidade e variedade de mercados. Desse modo, esse livro é uma tentativa de levar essa discussão adiante e, idealmente, abri-la como um projeto interdisciplinar.

Hipólita Siqueira: Fascinante. Ao longo de suas publicações, você argumenta sobre a necessidade de desenvolver novas formas de teorizar com e através das diferenças. O que você quer dizer com isso?

Jamie Peck: Bem, acho que, em alguns aspectos, é um artigo de fé para geógrafos que a economia aqui é diferente da economia lá. Nós meio que acreditamos nisso, embora eu reconheça que não fomos muito bem-sucedidos em convencer outras partes do campo de estudos econômicos a aceitar esse argumento. A maioria dos economistas heterodoxos aceita que as economias diferem de um Estado-nação para outro e adota o nacionalismo metodológico para encontrar diferenças na escala do Estado-nação, mas não pensam em procurá-las [as diferenças] em qualquer outra escala, e isso é uma das coisas que irrita os geógrafos. Ao mesmo tempo, acredito que temos que reconhecer que não

conseguimos persuadir as pessoas de mente aberta para refletir sobre como a diferença econômica pode funcionar em registros diferentes, contrastando não apenas entre uma economia nacional e outra. Em muitos aspectos, a vantagem comparativa para os geógrafos econômicos, metodologicamente, é trabalhar em escalas locais, regionais e urbanas, e conduzir investigações de primeira mão nessa escala. Estudamos cidades e regiões na maior parte. Então, trabalhamos em escalas menores de análise. Esse é o nosso nível de conforto, penso eu, e onde os geógrafos econômicos fazem bons trabalhos. Mas, como geógrafos, também temos o hábito, e talvez uma preferência, de sempre argumentar que o mundo é mais complexo do que nossas teorias sobre ele, embora reconheça que isso seja sempre verdade, mas de maneira banal e entediante. Claro que é mais complexo do que nossas teorias. Muitas vezes você movimentava debates nas ciências sociais fornecendo argumentos fortes e claros que podem ser estilizados e podem se estender para outras disciplinas. Por várias razões, os geógrafos econômicos não costumam fazer isso. Eles tendem a produzir argumentos complexos e contextualizados, que exigem uma leitura cuidadosa. Mas, você já deve ser bastante simpático a alguns desses argumentos para fazer isso. E acho que isso se aplica até mesmo à melhor pesquisa em nosso campo. A "Divisão Espacial do Trabalho" de Doreen Massey, por exemplo, é um livro fabuloso, em muitos aspectos um dos mais importantes do campo nas últimas décadas. No entanto, os argumentos são construídos de uma maneira muito específica ao contexto do desenvolvimento regional no Reino Unido nas décadas de 1970 e início dos anos 1980. Há muitos materiais contextuais ali, e esses argumentos não podem ser facilmente separados desse material contextual. Assim, acho que o desafio para os geógrafos econômicos que acreditam em formas profundamente contextualizadas de análise econômica e de exposição é como apresentamos esses argumentos de maneira que possam ser transferidos para outras áreas e influenciar sociólogos, cientistas políticos, economistas institucionais e outros, que podem estar abertos a alguns desses argumentos. Mas, por várias razões, acredito que os geógrafos econômicos ainda não desenvolveram o vocabulário para lidar com a diferença econômica de maneira sistemática. Isso não quer dizer que não estejamos fazendo um argumento forte, mas como isso é feito é realmente desafiador. E acho que uma das coisas interessantes na última década é a forma como outras disciplinas descobriram ou redescobriram o desenvolvimento desigual como uma espécie de princípio da própria ontologia da economia. E isso, mais uma vez, tem sido uma espécie de pilar na geografia. Mas o trabalho teórico real sobre desenvolvimento desigual na geografia

foi largamente interrompido na década de 1980. Houve uma versão disso com Doreen Massey. Houve uma versão com David Harvey e Neil Smith. Harvey e Smith argumentaram a partir da dinâmica abstrata do capitalismo. Doreen Massey argumentou através de formações regionais e uma versão mais contextualizada. Então, temos essas duas variedades de argumentos em torno do desenvolvimento desigual. Por várias razões, os geógrafos deram isso como certo, acho, após a década de 1990.

Curiosamente, nos últimos 10 anos, foram os antropólogos, estudiosos de relações internacionais, sociólogos e teóricos do desenvolvimento que retomaram o desenvolvimento desigual e começaram a fazer perguntas sobre o quão fundamental isso pode ser para entender a economia contemporânea. Eu diria que isso foi em grande parte motivado pelo fato de que está absolutamente claro que não estamos mais caminhando para um estado de convergência globalizada. Atualmente, você não precisa ser um crente em geografia econômica para ser cético em relação à afirmação de que o mundo está convergindo. Não parece que esteja convergindo. As economias dos BRICS não estão convergindo para um modelo liberal de capitalismo de mercado, embora estejam se afastando disso e se afastando como grupo. Então, temos um desenvolvimento desigual realmente existente extremamente demonstrado de forma ousada para nós. Qual é, então, o aparato teórico, o aparato conceitual, apropriado para lidar com essas questões? Essa nova literatura nas áreas de Antropologia, Relações Internacionais, Desenvolvimento Econômico tende a voltar a Trotsky para tentar repensar os princípios do desenvolvimento desigual.

Eu acho que muito disso tem sido interessante. E uma das coisas que eu tiraria disso, especialmente de Justin Rosenberg, (um estudioso de Relações Internacionais na Universidade de Sussex) é que o desenvolvimento desigual implica uma ontologia de mais de um. Isso significa que sempre há mais de uma forma econômica. Seja qual for a forma econômica que você esteja analisando, ela existe em um mundo de diferença que excede esse caso. Então, o mundo não vai convergir para uma forma de capitalismo ao estilo americano, ou de fato se mover em direção a um mundo bipolar definido pelos Estados Unidos ou China ou EUA ou Alemanha ou qualquer outro. A natureza da forma e do terreno da diferença econômica está sendo reelaborada em tempo real. E, portanto, essas questões estão novamente na agenda e de forma adequada. Isso significa que você não começaria a explorar a diferença econômica usando tipos ideais ou modelos da economia que implicam convergência ou centros dominantes, mas sim você gostaria de explorar a multipolaridade,

o desenvolvimento econômico em múltiplas velocidades, múltiplos caminhos e sua coexistência.

Para voltar a Polanyi, uma das coisas que ele fez muito tarde na vida foi fundar um jornal chamado *Coexistence*, que tratava da coexistência de diferentes formas econômicas em um mundo heterogêneo. E eu acho que esse tipo de princípio de heterogeneidade é fundamental quando se trata de renovar os conceitos de desenvolvimento desigual e combinado. E não é coincidência que tenha havido um surto de teorização ativa em torno disso nas décadas de 1970 e 1980, com a crise do fordismo e o surgimento da competição asiática com o Ocidente. Como Neil Smith disse, foi um momento em que a *gestalt* do capitalismo estava mudando. A velha ordem parecia estar se desfazendo e sendo perturbada em tempo real. Acho que tem sido um pouco assim novamente desde 2010 mais ou menos, desde a crise financeira global e os períodos de instabilidade desde então. Parece novamente que a ordem capitalista está sendo reestruturada de forma bastante radical e que argumentos complacentes sobre convergência e assim por diante já não se aplicam, se é que já se aplicaram. Então, faz sentido que essas questões estejam de volta à agenda novamente. Mas, como eu estava dizendo anteriormente, como você realmente lida com a diferença econômica como um problema metodológico, o que você realmente faz, continua sendo algo bastante desafiador. Isso sugere, evidentemente, a realização de trabalhos comparativos. Mas é fácil dizer isso, muito mais fácil do que fazê-lo. E realmente acredito que também precisamos ir além das formas tradicionais de comparação que apenas colocam casos lado a lado e comparam suas características. Acho que geógrafos como Gillian Hart têm essa noção de comparação relacional, em que você explora as conexões entre casos em vez de imaginá-los como exemplos isolados em um mundo onde existem lado a lado (tal como na literatura sobre variedades de capitalismo, onde se assume que os dois principais modelos de capitalismo são relativamente independentes um do outro). Essa forma de comparação, parece-me, não é especialmente valiosa. Mas, o que Hart sugere é que exploremos conexões entre casos, conexões entre conjunturas e assim por diante, onde você possa começar com um caso complexo, tal como o Brasil contemporâneo, mas se ramificar, explorando diferentes tipos de conexões causais que podem levá-lo à China ou a qualquer outro lugar. Isso sugere uma metodologia mais adaptativa, que realmente pode ser contextualizada fundamentalmente em um caso territorial, mas busca exceder esse caso territorial, exceder a conjuntura em que você está trabalhando mais proximamente. E acho que há um trabalho

muito interessante agora que está tentando fazer isso. E acho que essa é uma das razões pelas quais a linguagem e as práticas de metodologias conjunturais foram novamente trazidas à tona e estão em discussão ativa. Não é coincidência que elas voltem ao foco ao mesmo tempo em que as pessoas estão pensando sobre o desenvolvimento desigual, ao mesmo tempo em que a ordem mundial em si parece estar sendo reestruturada. Acredito que todos esses aspectos estão conectados.

Hipólita Siqueira: Isso é realmente desafiador, mas, ao mesmo tempo, é muito empolgante. Indo para suas discussões sobre temas urbanos, seu trabalho sobre o que está sendo chamado de "urbanismo de austeridade" é bastante influente. Qual é a sua perspectiva sobre esse tema?

Jamie Peck: Isso foi algo em que eu meio que entrei sem qualquer intenção específica de trabalhar nessa questão. Inicialmente, planejava escrever um editorial sobre o impacto da crise financeira nas cidades e pensar nisso em termos de austeridade. Mas, ao começar a trabalhar nisso, ficou claro que não era um fenômeno cíclico de forma alguma. Também não era facilmente compreendido a partir de uma única localização. A linguagem da austeridade, por exemplo, era muito predominante nas discussões europeias após a crise financeira, especialmente em relação à Grécia e à outras economias do sul da Europa que estavam sendo efetivamente ajustadas estruturalmente dentro da União Europeia de acordo com os princípios da austeridade. Havia uma linguagem de austeridade que circulava na Europa. O governo britânico declarou efetivamente a austeridade como sua política oficial sob a coalizão conservadora. Há uma linguagem aí. Nos Estados Unidos, porém, a austeridade era algo que acontecia na Europa. Não era algo que acontecia nos Estados Unidos. No entanto, ao mesmo tempo, muitas cidades e estados estavam à beira da falência e passavam por aquilo que você chamaria de austeridade realmente existente, mesmo que essa palavra não estivesse particularmente em circulação nas discussões políticas ou entre analistas. Isso se apresentou, eu diria, como um problema conjuntural. De certo modo, os efeitos da crise financeira estavam presentes em muitas economias. Eles estavam certamente presentes nas economias norte-americana e europeia de forma muito vívida em 2010 ou algo assim. Mas, a forma que isso tomou e a política desse processo foram bastante diferentes nos EUA em comparação com a Europa. E, assim, aquela investigação que eu disse que

inicialmente pretendia ser um projeto relativamente curto acabou sendo um projeto maior, que era o de explorar como a austeridade parecia efetivamente normalizada dentro do sistema político americano, que era como se acontecesse quase automaticamente, que a dor dos cortes financeiros se propagava do federal para o estadual, para o urbano, para as escalas locais. E que os princípios da economia política dos EUA, os da descentralização e federalismo fiscal, foram projetados para fazer isso. O sistema dos EUA permite que cidades e autoridades municipais locais quebrem, mas não estados. Então, os estados não podem quebrar pela constituição, mas cidades e municípios podem. Isso foi, novamente, uma manifestação de como o tipo de dor e a dor do ajuste da austeridade se moviam pelo sistema escalonado até as escalas urbanas, regionais e locais, sendo desviadas da escala federal. E isso ecoava também as formas pelas quais a dor do ajuste em programas de austeridade na Europa puniam as vítimas da austeridade. Era a economia grega e o povo grego que carregavam o fardo do ajuste após a crise financeira. A austeridade, a dor da austeridade tende a se propagar. A austeridade, como escrevi na época, é algo que os poderosos fazem aos interesses menos poderosos. A austeridade é algo que você aplica a partes mais fracas. Isso também foi, acredito, uma boa ilustração de como a escala funciona no sistema urbano e regional. A lógica da austeridade no modelo dos EUA, que é o que eu mais estudei, estava embutida nos próprios acordos com o governo federal. A forma como Detroit, por exemplo, passou por sua falência foi condicionada pelo sistema federal. Em certo sentido, estava incorporada ao próprio modelo federal e ao modelo de financiamento estatal. Mesmo que as discussões que tendemos a ter sobre a falência de Detroit geralmente se concentrem nas ações de líderes políticos locais, supostos erros cometidos pelo governo municipal. A falência é algo que, segundo a narrativa, você atrai para si mesmo sendo pródigo, incompetente, corrupto, e assim por diante. Então, há uma localização da narrativa das causas da austeridade ou crise. Mesmo que uma análise mais detalhada revele que isso está incorporado ao sistema federal, a dor será despejada nas escalas menores. O urbanismo de austeridade se tornou uma espécie de estrutura ou um conceito de nível intermediário, se preferir, para pensar sobre as diferentes formas de crise financeira na escala urbana e regional e como essas refletiram diferentes acordos políticos. E o que a experiência americana mostrou foi que as falências que ocorreram em Detroit, a quase falência de Atlantic City e várias jurisdições da Califórnia, tinham essas características comuns, mesmo que fossem histórias geralmente contadas sobre os fracassos de líderes políticos locais, ou o fato de que

os servidores públicos tinham salários muito altos nesses lugares, o que é uma alegação absurda, ou que as pensões pagas a professores aposentados eram as razões para a crise financeira. Existem essas narrativas conservadoras muito fortes sobre as causas da crise econômica que atuam na austeridade urbana, as quais são uma espécie de desvio das verdadeiras causas da austeridade. Assim, acabou sendo um programa de pesquisa diferente, um programa de pesquisa mais longo do que eu havia imaginado. Em alguns aspectos, o que a austeridade também mostrou foi outro exemplo de como a neoliberalização se desdobra por avanços e recuos. Ela se reconstitui especialmente durante as crises e está constantemente, como argumentei, aprendendo com seus erros e produzindo novas formas de governança institucional e respostas políticas a cada crise. Enquanto havia alguns comentaristas que achavam que a crise financeira de 2008 seria o fim do neoliberalismo, nossa expectativa era que ele se reconstituiria por meio dessa crise, que o projeto neoliberal seria capaz de tirar vantagem da crise. E acho que é exatamente o que aconteceu. Foram as forças progressistas que tiveram mais dificuldade em operar após a crise, defender orçamentos aumentados e assim por diante, ou novos programas sociais, ou novos programas ambientais em um contexto de austeridade é extremamente difícil. Enquanto isso, políticos conservadores com interesse em cortar programas e restringir orçamentos encontram o vento a favor em períodos de austeridade. Então, proporcionou vantagem tática para a política da direita, e realmente explica por que o período após a crise financeira foi um renascimento do projeto neoliberal, não a sua morte. Ele se reconstituiu por meio da austeridade. Como também argumentamos, o período de austeridade após 2008 diferia do período de austeridade que marcou o início do momento neoliberal em países como o Reino Unido, onde o governo Thatcher costumava chamar aquilo de cortes. Os cortes que o governo Thatcher aplicou eram cortes aplicados ao resíduo do estado de bem-estar keynesiano. Thatcher estava reduzindo o estado de bem-estar keynesiano. Após a crise de 2008, a austeridade foi aplicada a um estado neoliberalizado com menos e menos resíduos dessas instituições keynesianas deixados. Eu disse que você poderia pensar na austeridade como uma espécie de cura medieval, onde o médico aplica sanguessugas ao paciente, e as sanguessugas sugam o sangue do paciente e isso supostamente ajuda o paciente a se recuperar. Claro, geralmente mata o paciente. Após a crise de 2008, as sanguessugas da austeridade foram aplicadas a um paciente diferente do paciente que existia no final da década de 1970 ou na década de 1980. Mesmo que as rotinas usadas em reformas neoliberais

tenham semelhanças de família, os neoliberais sempre atacarão o estado social. Eles sempre defenderão a contenção orçamentária, especialmente em programas sociais e ambientais, eles farão isso toda vez. Mas o contexto em que eles o fazem, muda constantemente, e, portanto, os resultados de projetos e programas neoliberais serão específicos do contexto. E assim, é outro exemplo, acho, novamente, de como a neoliberalização tem elementos de um repertório repetitivo, mas está constantemente associada a diferentes projetos políticos e resultados à medida que avança porque está sendo aplicada em um mundo em mudança e também tem suas próprias limitações e contradições internas. Enfim, a questão da austeridade parecia ser específica, mas na verdade meio que abriu todas essas questões mais amplas.

Hipólita Siqueira: Eu gostaria de fazer uma última pergunta para você. Você acredita que podemos conectar esse debate atual sobre desenvolvimento espacial desigual com as teorias críticas latino-americanas de subdesenvolvimento e dependência?

Jamie Peck: Sim, eu acredito. E, para ser honesto, eu acho que se a nova onda de trabalhos sobre desenvolvimento desigual — o que você poderia chamar de desenvolvimento desigual 2.0, as versões do século 21 disso —, se eles não se envolverem de fato com um mundo de diferenças econômicas, incluindo aquelas encontradas na América Latina, em toda a Ásia, na África, e assim por diante, então claramente elas não se adequam a esse propósito. De certa forma, as versões de desenvolvimento desigual que foram popularizadas nos anos 1980 foram fundamentadas em um conjunto bastante estreito de questões focadas em regiões em declínio no Norte global, especialmente na América do Norte e na Europa Ocidental. Então, aquela primeira retomada do Desenvolvimento Desigual foi provocada por um conjunto de questões contextuais centradas no Norte global. Quase nenhuma dessa literatura fez conexões com a Teoria da Dependência, com a Teoria Sistema- Mundo, conexões que realmente não foram feitas nos anos 1980 — embora claramente pudessem ter sido, mas não foram. Acredito que desta vez, por assim dizer, isso precisa ser diferente. E acho que as perguntas que estão sendo feitas sobre desenvolvimento desigual e desenvolvimento combinado — que acho, em muitos aspectos, um dos elementos mais interessantes dessa fórmula, muitas vezes é esquecido — “Como diferentes coisas estão sendo combinadas?”, “Em vez de apenas serem diferentes ou desiguais, que formas de

combinação estamos vendo?” — O espectro de combinação é claramente moldado por um mundo diversificado de casos, sem dúvida, incluindo aqueles na América Latina. Assim, acredito que a nova agenda para um Desenvolvimento Desigual precisa ser mais global e profundamente comparativa. E espero que continuemos com esse tipo de recuperação e aprendizado das tradições da Teoria da Dependência e da Teoria dos Sistemas Mundiais, algumas das quais saíram de moda em alguns círculos no final do século 20, mas agora parecem essenciais para entender problemas contemporâneos. Acho... pelo menos com meus alunos, eu os incentivo a voltar a essa literatura e a pensar nela no contexto de questões contemporâneas, em vez de considerá-la algo pertencente ao século 20. Acredito que ela deveria informar essa nova agenda de pesquisa em torno do Desenvolvimento Desigual e Combinado. Ela tem algo a dizer especialmente sobre os emaranhados do colonial, pós-colonial e “não imperial”, ou como quer que categorizemos as atividades globais da China, por exemplo, que provavelmente não se encaixam em algumas categorias simples de colonialismo e imperialismo etc. Elas podem estar ampliando esse registro. Existem diversas formas de interdependências globais agora que são diferentes daquelas do século 20 e que requerem uma agenda de pesquisa corajosa e aberta, incluindo investigações comparativas e conjunturais que abrangem formas ainda maiores de diferença do que as versões dos anos 1980 de desenvolvimento desigual fizeram — esse tratamento bastante restrito do Norte Global para essas questões.

Hipólita Siqueira: Jamie, precisamos encerrar. Muito obrigada por dedicar seu tempo a esta entrevista. Acredito que tenha sido uma conversa muito interessante e instigante, e sem dúvida abrirá portas para novas ideias e canais de diálogo.

Jamie Peck: Bem, eu gostei, e espero muito que isso aconteça e que possamos continuar a conversa desta e de outras maneiras nos anos seguintes.